

FENEI

FEDERAÇÃO NACIONAL DO ENSINO E INVESTIGAÇÃO

PARA: Órgãos de Comunicação Social

Data: Lisboa, 18 de Setembro de 2008

N.º de págs. 4

Assunto: COMUNICADO DE IMPRENSA: “Balanço da Política Educativa deste Governo

**ARMADILHAS FALACCIOSAS DA
EDUCAÇÃO”**

Junto remetemos Comunicado de Imprensa, para o qual se solicita a V. atenção.

GABINETE DE IMPRENSA DA FENEI/SINDEP

Presidente da Direcção – **Dr. Carlos Chagas**

(Contactos: 21 393 10 14 / 91 491 83 65 / 91 888 01 74)

MORADA: Rua Domingos Sequeira, N.º 66 – 4.º Esq.do – 1350-122 LISBOA

TLF. : 21 393 10 10

FAX: 21 393 10 11

E-MAILS: gab.imprensa.fenei.sindep@gmail.com / sindep@netcabo.pt

COMUNICADO DE IMPRENSA

Balanço da Política Educativa deste Governo

ARMADILHAS FALACCIOSAS DA EDUCAÇÃO

A FENEI/SINDEP identifica incongruências nas afirmações públicas da ministra da Educação, que prometeu que o seu projecto político consistiria em intervenções cirúrgicas pequenas nas políticas educativas ministeriais anteriores. Choca-nos assistir à **despreocupação da ministra da Educação que, como socióloga, descuidou a qualidade da educação a favor da estatística educacional.**

É realmente chocante assistir à manipulação dos números pelo Ministério da Educação (ME), só com o intuito único de retirar Portugal dos últimos lugares na tabela do insucesso escolar, sem haver qualquer tipo de preocupação com a descoberta das suas verdadeiras causas e sem introduzir medidas reformistas de combate. É um jogo de aparência (falsa) para a estatística internacional, quando, na verdade, se esconde o pauperismo e decadência do ensino.

Na senda única do economicismo, a ministra da Educação afirma que o número de professores diminuiu, se encerraram 5500 escolas, com o pretexto de número insuficiente de alunos, os quais apresentavam insucesso escolar, quando, à partida, se sabe que uma maior individualização das aprendizagens é a causa primeira do sucesso, recorrendo-se, nesse sentido, a explicações e apoios individualizados.

Apregoou, também, que, com a implementação do programa “Novas Oportunidades”, o número de alunos aumentou, recuperando os que abandonaram os estudos e, para estes, garante-lhes que, em três, seis ou mais meses, irão finalmente obter a qualificação necessária para a equivalência ao 6.º, 9.º e 12.º

anos, até então nunca obtida num percurso escolar sério e regular. Apregoa que tal medida não representa um acréscimo de despesa ao país, mas é exequível graças à maravilhosa e substancial diminuição das verbas destinadas aos vencimentos dos professores, criando artificialmente, para o efeito, a divisão em duas carreiras.

Não assume que a sua verdadeira e única intenção é a poupança orçamental, e arditosamente apresenta-a como argumento de premiar a melhor qualidade dos profissionais. E COMO?

É simples: introduzindo um modelo de avaliação de desempenho do pessoal docente, que não vem glorificar o mérito, como aclama a ministra, pois há uma sujeição a quotas que, como é óbvio, não acolhe todos os merecedores.

Esta é a maior mistificação educativa do século! Este projecto, para a Educação, não é meritocrático, mas paradoxal e desestabilizador para todos os seus agentes.

Outra medida escandalosa e intolerável foi a promulgação, **no novo Estatuto do Aluno, da facilitação nas não reprovações dos alunos.** Neste sentido, foi estabelecido um sistema de benevolência nos exames e provas e uma quase inultrapassável burocracia para os docentes, que se atrevessem a apresentar uma reprovação em conselho de avaliação final.

A ministra da Educação, na cegueira do seu marketing, recriou disciplinas supervenientes ao currículo e acrescentadas no horário dos docentes, como Horas de Substituição, Área Projecto, Educação Cívica e Estudo Acompanhado, intentando mostrar que a Escola Pública garante a ocupação plena dos tempos lectivos dos jovens, ao encerrá-los num *campus* escolar, todo o dia. **E as actividades de expressão física motora ao ar livre?** É verdade não estão em lado algum, uma vez que são poucas as escolas cujas condições físicas dos espaços exteriores o permitem. Algumas nem gozam de condições interiores, pois continua-se a assistir a salas de aula em contentores ou à ausência de condições de trabalho.

A ministra da Educação afirma que a redução do insucesso se deve a um trabalho de aprendizagem mais intensivo dos alunos e ao esforço dos professores, ignorando que este esforço é a degradação da sua qualidade, pois, são sobrecarregados com trabalho e mais tempo de permanência nas escolas, e não

para se dedicar às aprendizagens dos alunos, mas unicamente para responder à burocracia da fúria legislativa.

A ministra da Educação detém o recorde de produção legislativa num único mandato ministerial, pois, desde a sua posse, publicou 687 diplomas legislativos com implicações directas no funcionamento das escolas:

Decretos-Lei – 46	Decretos
Despachos Conjuntos – 14	Legislativos Regionais – 16
Despachos Normativos – 13	Leis – 5
Decretos Regulamentares Regionais -5	Avisos – 181
Despachos – 264	Pareceres – 12
Resolução Conselho de Ministros – 7	Portarias – 114
Edital – 2	Resoluções Assembleia da República – 4
Edital ME – 2	SEAE – 1
Acordos – 1	Despacho ME – 1
	Contratos – 1

Só, neste mandato, foi publicado, em cada dois dias, um documento legislador com determinações sobre o funcionamento das escolas do sistema educativo. Contudo, se contarmos com as circulares, oriundas de serviços centrais e regionais do Ministério, **todos os dias há trabalho burocrático, provindo da absurda centralização do ME, que vai apregoando, em simultâneo e incoerentemente – como já é sua prática –, a autonomia das escolas.**

É um facto terrífico e perturbador que nunca, em Portugal, os professores tiveram tanto trabalho, mas só para justificar o descalabro na Educação.

FIM

Lisboa, 18 de Setembro de 2008

O presidente da FENEI

E Secretário-geral do SINDEP

Carlos Alberto Chagas